

Relato da 141ª Reunião do Plenário

No dia 26 de novembro de 2019 realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima quadragésima primeira sessão plenária, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
2. Informações;
3. Aprovação do relato da 140ª Sessão Plenária;
4. Apreciação e discussão do projeto de Recomendação **Ambiente e Educação Ambiental**
– Relatores(a): Conselheiros(a) Antero de Resende, Isabel Menezes e Pedro Reis;
5. Apresentação do relatório “Estado da Educação 2018” (Edição 2019).

Antes do início dos trabalhos tomaram posse os/as seguintes conselheiros /as: Aida Maria de Oliveira Cruz Mendes, representante dos estabelecimentos públicos de ensino superior politécnico; Cristina Isabel Ferreira Faustino Agreira, representante das associações de pais; Paulo Oliveira Sucena, representante das associações sindicais de professores; Maria Marques Calado de Albuquerque Gomes, representante das fundações e associações culturais; Maria da Conceição Mendes Marques, representante das instituições particulares de solidariedade social; Ana Cláudia Formiga Fernandes Mendes, representante da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, David António Rodrigues, representante das sociedades e associações profissionais do ensino especial; Maria Teresa Ramalho Godinho, representante das instituições de ensino especial de pessoas com deficiência e António José Rocha Silva Martins, representante do Conselho Nacional do Desporto.

No ponto 1. a Presidente agradeceu a presença do Senhor Ministro e do Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor e João Sobrinho Teixeira, bem como o facto de ter acedido ao convite para participar na sessão plenária e partilhar com o CNE as ideias e medidas principais do mandato que agora inicia.

Na sua intervenção, o Senhor Ministro agradeceu o convite e começou por fazer o ponto da situação relativamente à qualificação dos portugueses, realçando o aumento do número de alunos no ensino superior nos últimos quatro anos, depois de altos e baixos em anos anteriores. Destacou, como motivo de orgulho para Portugal, o facto de, hoje, cerca de metade dos jovens com 20 anos estarem no ensino superior e cerca de 30% em áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Matemática). Estes dois aspetos estarão associados à criação dos cursos superiores de curta duração, atualmente com cerca de 9000 jovens, com a maioria a prosseguir estudos e ao trabalho desenvolvido nos centros Ciência Viva. Mencionou, como questões preocupantes, a pouca procura em áreas como a educação e a agroalimentar, que não estão a ser capazes de atrair muitos jovens. Referiu o facto de o perfil dos alunos apontar para jovens que entram cedo naquele ensino e, conseqüentemente, também saem cedo, o que reforça a importância da aprendizagem ao longo da vida. De igual modo, mencionou, entre outros aspetos, os progressos verificados no número de estudantes pós-graduados e o aumento da internacionalização, embora estes números continuem baixos, quando comparados com os de outros países europeus.

O Senhor Ministro elencou igualmente os desafios que se colocam a partir daqui, nomeadamente: i) alargamento da base social de recrutamento, o que implica uma reflexão, que já foi iniciada, em torno das condições de acesso ao ensino superior, designadamente dos que terminam o ensino secundário na via profissional, sem esquecer a coesão territorial, e o aumento do número de bolsas; ii) diversificação e especialização da oferta, que promova a atração de adultos, nomeadamente através de uma nova dinâmica entre o ensino superior e os empregadores, uma maior ênfase no ensino a distância, reforço de cursos de pós-graduação e doutoramento; iii) empregar melhor, o que implica uma corresponsabilização das instituições de ensino superior, dos professores e dirigentes e o mercado de trabalho na criação de emprego qualificado, o combate à precariedade da carreira dos docentes de ensino superior e investigadores e o reforço da atratividade das carreiras e iv) a continuação da internacionalização progressiva do ensino superior.

No debate superveniente participaram os/as conselheiros/as: Aida Cruz Mendes, David Rodrigues, Isabel Menezes, João Dias da Silva, João Pedro Louro, João Pedro Videira,

José Luís Presa, Mariana Avelãs, Mário Nogueira, Nuno Biscaya, Nuno Ferro, Paulo Jorge Ferreira e Pedro Lourtie. Foram colocadas questões em torno dos seguintes temas: apoios para os estudantes do ensino superior com necessidades educativas especiais; alargamento dos cursos de doutoramento ao ensino superior politécnico e a chamada dos estudantes para este debate; a importância de uma política estruturada de formação de professores e a inserção da prática pedagógica nos cursos de formação inicial; estratégias para atingir a meta europeia de ter 40% da população entre os 30 e os 34 anos com ensino superior em 2020; combate ao abandono escolar; o acesso ao ensino superior dos alunos provenientes do ensino profissional e igualmente dos cursos científico humanísticos, cuja dependência dos resultados de exames do ensino secundário provoca um efeito perverso sobre o referido ensino; o investimento no ensino superior, bolsas, alojamento e propinas; a precariedade no ensino superior e a necessidade de valorização da profissão docente e de investigação; a qualidade da formação doutoral e pós-doutoral e o emprego dos doutorados; a importância do ensino superior como motor do conhecimento e não apenas como formador para o mercado de trabalho; o papel das universidades europeias em Portugal para o reforço da internacionalização e a necessidade de uma estratégia para a formação de quadros das universidades de países africanos, promovendo a mobilidade entre estes países e Portugal. Dada a necessidade de o senhor Ministro se ausentar, e depois de ter respondido a algumas questões, mostrou disponibilidade para a realização de uma nova sessão de trabalho para a continuação do debate, embora o Senhor Secretário de Estado tenha permanecido para assegurar o esclarecimento das questões levantadas pelos/as conselheiros/as.

No ponto 2 – Informações - a senhora Presidente informou que o estudo sobre o Regime de Seleção e Recrutamento do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, solicitado ao CNE através da Deliberação n.º 4-PL/2018, de 12 de julho, da Assembleia da República, foi entregue em julho passado, tendo sido prestada essa informação à Comissão Coordenadora. O referido estudo já se encontra publicitado no site do Parlamento e no site do CNE e será agora enviado a todos os conselheiros, pretendendo-se, posteriormente, fazer uma iniciativa sobre o tema. Informou ainda que aguarda agendamento de uma audição na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto sobre este estudo e o relatório Estado da Educação 2018.

Seguidamente, passando ao **Ponto 3.** da Ordem de Trabalhos, a Presidente colocou à apreciação e votação a proposta de relato da 140.ª Sessão Plenária, que foi aprovada, mantendo o prazo de uma semana para comunicação de eventuais alterações.

Ponto 4. Apreciação e discussão do projeto de Recomendação Ambiente e Educação Ambiental. A Presidente convidou os relatores do projeto de recomendação, Conselheiros(a) Antero Resende, Isabel Menezes e Pedro Reis, para procederem à apresentação do documento. Depois de expostas as linhas essenciais e as principais recomendações do documento, foi iniciado o debate, no qual intervieram os/as seguintes conselheiros/as: David Rodrigues, José Manuel Cordeiro, Neuza de Sena, Nuno Biscaya, Teresa Godinho e Vérter Gomes. Os/as intervenientes concordaram e elogiaram o teor da Recomendação e apresentaram algumas sugestões de alteração ou de acrescentos.

Depois de analisadas e aceites as propostas pelos/a relatores/a, a Presidente colocou à votação a proposta de recomendação, que foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se a apresentação do relatório Estado da Educação 2018 (edição de 2019), prevista no ponto 5. da Ordem de Trabalhos, cuja publicação tinha sido distribuída, entretanto. A Presidente chamou a atenção para a estrutura do relatório, que era diferente da de anos anteriores, e apresentou as três partes que o constituem. Na primeira, relativa a metas e indicadores, realçou os dados da educação para a primeira infância e da educação pré-escolar; a evolução da taxa de retenção e a necessidade de intervir para que continue a diminuir; o envelhecimento dos docentes e a preocupação com o rejuvenescimento da classe, a qualificação da população e a aprendizagem ao longo da vida. Na segunda, os relatos de escolas que implementaram mudanças, no sentido do sucesso dos seus alunos e na formação de pessoas autónomas, cidadãos e críticas. Na terceira parte, os textos pedidos a especialistas com um olhar para o futuro em áreas que estão em mudança.

A Presidente agradeceu a presença e os contributos de todos e deu por encerrados os trabalhos desta sessão plenária.